



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

FLAVIA RIBEIRO DA LUZ

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INCLUSÃO SOCIAL:
possibilidades pedagógicas**

BRASÍLIA - DF

2013

FLAVIA RIBEIRO DA LUZ

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INCLUSÃO SOCIAL:
possibilidades pedagógicas**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de
Pós-graduação *Lato Sensu* em Análise
Ambiental.

Orientadora: Prof. MSc. Andréia Cassilha
Andrigueto

BRASÍLIA - DF
2013

FLAVIA RIBEIRO DA LUZ

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INCLUSÃO SOCIAL:
possibilidades pedagógicas**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para a obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de
Pós-graduação *Lato Sensu em Análise
Ambiental*.

Orientador: Prof^a.Msc. Andréia Cassilha
Andrigueto

Brasília, 20 de junho de 2013.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Luiz Nasser

Prof. Dr. Gilson Ciarallo

E Deus disse:

E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos, e sobre toda a terra, e sobre todo réptil que se arrasta sobre a terra

Criou, pois, Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou.

Então Deus os abençoou e lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos; enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se arrastam sobre a terra.

(Bíblia- Genesis –Capítulo 1)

RESUMO

O objetivo desse trabalho é demonstrar que a atividade lúdica é uma excelente ferramenta de ensino de Educação Ambiental (EA), sobretudo para as crianças do ensino fundamental. Além de incutir nas crianças noções de sustentabilidade, esse método pode ser utilizado para reforçar nas crianças de comunidades da periferia, com síndromes de exclusão social, a noção de pertencimento à natureza e ao meio social em que vivem. De fato, a utilização de jogos, brincadeiras, arte facilita a interação, o companheirismo, a compreensão das diferenças alheias, a aceitação de suas próprias limitações e das limitações de outrem. O método lúdico pode também, caso bem direcionado, aprofundar o conhecimento da natureza, a interação da criança com o meio ambiente e, ao valorar o conjunto dos instintos e tendências naturais de um indivíduo compreender melhor o seu papel no universo, minimizando os desafios de seu contexto de exclusão social e fortalecendo a auto estima. A intenção desse trabalho é que sirva de exemplo, de auxílio, enquanto elemento de consulta para realidades similares. Com esse objetivo, a EA abordada levará em conta aspectos culturais, ecológicos, sociais, econômicos e éticos de realidades de periferia, sem excluir, contudo, a sua adaptação em diferentes contextos.

Palavras-Chave: Inclusão social. Metrôpoles brasileiras. Ferramenta pedagógica. Atividades lúdicas. Desenvolvimento sustentável

ABSTRACT

The aim of this work is to demonstrate that environmental education (EE), can be taught in elementary schools through the playful method. In fact, the use of games, plays, art ,facilitates environmental awareness, especially when used in children peripheral communities enabling thus minimizing the challenges of their context of social exclusion and strengthening the sense of belonging to nature. The intention of this paper is to serve as an example of aid as query element in similar situations. With this objective, EA addressed shall take into account the cultural, ecological, social, economic and ethical realities of the periphery, without excluding, however, their adaptation in different contexts.

Keywords: Social Inclusion. Brazilian metropolises. Pedagogical tool. Recreational activities. Sustainable development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
1.1 Identificando o problema por bases teóricas: pertencer	12
1.2 Como surge a educação ambiental nessa história.....	15
1.2.1 Carta Brasileira para a Educação Ambiental	16
2 BRINCADEIRAS COMO FERRAMENTAS DE ENSINO	20
2.1 Desenvolvimento: Metodologia do Projeto de Pesquisa	23
3 ESCOLHENDO O PÚBLICO ALVO.....	24
3.1 Perfil.....	24
3.2 Local	25
4 BRINCANDO E APRENDENDO. ATIVIDADES SUGERIDAS.....	28
4.1 Jogos interativos	28
4.1.1 Jogos de cartas.....	28
4.1.2 Jogos de tabuleiro.....	29
4.1.3 Teatro.....	29
4.2 Brincadeiras ao ar livre	30
4.3 Oficinas.....	31
Oficina 1 Desenho e pintura.....	31
Oficina 2 Recriando o ambiente urbano	32
Oficina 3: Confeção de Cartilhas.....	33
Oficina 4. Teatro de fantoches. Confeção de fantoches	33
5 MONITORAMENTO DE RESULTADOS.....	35
5.1 Resultados Esperados	36
5.2 Discussão.....	37
CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS.....	40
ANEXO	43
Anexo A - Creche (Centro Social Brás Mooca) - Fachada Externa.....	43
Anexo A - Creche (Centro Social Brás Mooca) - Fachada do Prédio	44
Homenagem à fundadora, Sra. Vicentina Ribeiro da Luz (Dona “Yayá”)..	
.....	45
Creche (Centro Social Brás Mooca) - Interior	46
Anexo A - Creche (Centro Social Brás Mooca) – Salas	48
Anexo A - Creche (Centro Social Brás Mooca) - Refeitório.....	52
Anexo A - Creche (Centro Social Brás Mooca) – Pátio	53
Anexo B – Jogos e atividades ao ar livre	55

INTRODUÇÃO

O mundo vem testemunhando uma transição profunda do conceito de desenvolvimento. Desenvolver as potencialidades humanas, o caráter, habilidades para um bem-estar comum bem e ouvir demandas da sociedade vem ganhando cada vez mais destaque. Isso é o que destacam Cristovam Buarque, (2012), e Moura Martins (2012) quando redefinem o desenvolvimento sustentável como um crescimento sustentado numa nova visão de felicidade. Tal conceito está imbuído da noção de globalidade, isto é, deve incluir os indivíduos, integrando, nas políticas econômicas e desenvolvimentistas, as pessoas em situação de vulnerabilidade social.

As grandes cidades ou metrópole são aglomerados populacionais nos quais uma cidade central polariza uma ampla região constituída de várias outras cidades. Essa polarização abarca aspectos políticos, econômicos e culturais de dependência e exclusão ao centro (ANDRIGUETO, 2009).

De maneira geral, as regiões metropolitanas abrigam diversos problemas. Um deles é o número excessivo de veículos automotivos, item que **afeta a saúde e o bem estar da população por ser** gerador de uma sobrecarga de poluição atmosférica, congestionamentos constantes, indutor de stress e de acidentes. Outros desafios são a carência de arborização das vias públicas, a poluição sonora e visual e o tratamento de águas e esgotos que estão aquém de níveis aceitáveis.

Quanto à arborização, as árvores melhoram o micro clima das cidades, retendo a umidade do solo e do ar e gerando sombra; influenciam o balanço hídrico, favorecendo a infiltração da água no solo e tornando a evapotranspiração mais lenta; protegem as nascentes e os mananciais; auxiliam na redução da poluição sonora, pois amortecem os ruídos; e, finalmente, servem de abrigo à avifauna,

Quanto ao abastecimento e tratamento da água, em estudo desenvolvido pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) intitulado "Além da Escassez: Poder, Pobreza e a Crise Mundial do Fornecimento de Água", aquela agência das Nações Unidas informa que, anualmente, 1 milhão e 800 mil crianças morrem de diarreia (o equivalente a 205 crianças por hora), 443 milhões faltam à escola por doenças causadas pelo consumo de água inadequada e metade da

população dos países em desenvolvimento passa por algum problema de saúde dessa natureza.

Além dos problemas ambientais, afetos aos grandes centros urbanos e suas periferias, há a “carga emocional” do custo de se viver nas grandes metrópoles. Esse custo pode ser traduzido em pouco contato interpessoal, longos períodos despendidos no deslocamento ao trabalho, pais que pouco tem contato com seus filhos, terceirização do cuidado com os filhos e crianças cada vez mais carentes de afeto e de contato com o meio natural.

Em classes menos favorecidas, o problema dos centros urbanos é ainda maior. A mão-de-obra da periferia alimenta estilos, hábitos de consumo e padrões de vida ora similares, ora distintos dos centros. Similares ao acesso ao consumo e suas quantidades. Distinto quanto ao que parece o “luxo” dos artigos de consumo e do padrão de vida dos centros. Quanto ao ensino, item que concerne a esse estudo, enquanto a classe média (classe C) ou a classe média alta ou alta (B e A) conseguem garantir babás, creches, escolas e demais aparatos educacionais, nas classes menos favorecidas as crianças ficam à mercê da boa vontade do Estado na disponibilização de creches em quantidade suficiente e dos cuidados de vizinhos, tios, irmãos mais velhos, avós e demais parentes ou conhecidos. A violência doméstica, a exposição infantil às drogas (lícitas e ilícitas) é uma realidade muitas vezes não re-conhecida em demais níveis da pirâmide social.

Na vertente ambiental, a poluição das águas dos rios e córregos, causada pelo lançamento de efluentes industriais e agrícolas de modo desenfreado e sem fiscalização- e também de esgotos domésticos, além de outros resíduos sólidos- é muitas vezes um problema que atinge as classes mais baixas, afetando a sociedade em geral. A sociedade deixou de usufruir do prazer possibilitado nos rios e córregos mais próximos para um lazer pago, distante e setorizado. Passaram a se conformar com a realidade posta e deixaram de exigir um direito constitucional por um meio ambiente sadio e equilibrado (BRASIL, 1988)

Olhando-se os desafios de modo mais global, o ideal de consumo e estilo de vida de países desenvolvidos, de onde exportamos tendências e modismos, se refletiu em nosso próprio meio ambiente e à forma de se pertencer a ele. Somos

frutos daquilo que podemos consumir e do que hoje nosso padrão de vida nos permite. Essa “percepção de consumo” parece ter incentivado governos a buscarem no consumo o equilíbrio para a economia.

Nacionalmente, no Brasil, aos longos dos anos, testemunhamos uma mudança nos padrões de consumo e uma mobilidade social nunca antes vista na história (NERI apud LORENZI, 2008). Classes antes desfavorecidas passaram a ganhar cada vez mais espaço na pirâmide etária, que acabou retirando milhões de brasileiros da faixa de pobreza extrema (FGV, 2008; ISTO É, 2011).

Desde 2010, por exemplo, as classes C, D e E representam cerca de 150 milhões de brasileiros ou 78% da população, como pode ser observado pela figura 1 (GIANINI, 2011).

Figura 1 - PIRAMIDE SOCIAL BRASILEIRA



Fonte: Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/52423_NOVA+CLASSE+C+TRANSFORMA+PIRAMIDE+SOCIAL+EM+LOSANGO>. 22 de março de 2011. Acesso em 20 fev. 2012

A base de nossa “pirâmide social” passou a mudar (LORENZI, 2008). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) compilados por este autor e informações da Fundação Getúlio Vargas, inferem que milhões de brasileiros das 6 regiões do país tornaram-se “mais ricos”, enquanto o número de “pobres” caiu. (SABRINA LORENZI, JB on Line)

Para exemplificar como economicamente as informações tornaram-se animadoras, significa que em outras palavras, o consumo aumentou. A pergunta que

se faz, conquanto, é: estaremos ambientalmente preparados para enfrentar essa pressão em nossos recursos naturais? Como enfrentar o desafio do desenvolvimento sustentável- pensando globalmente e agindo localmente, conforme nos coloca (MORIN, 2004)?

Em resposta a esse paradigma criou-se o *Projeto Amigos da Natureza*, uma proposta pedagógica de EA com atividades voltadas para o público infantil de grandes cidades, em especial crianças de periferia. Com o objetivo de integrar meio ambiente e inclusão social por meio do contato direto e contínuo da criança com a natureza foram estudadas variadas propostas com o objetivo de motivar e munir com ferramentas de fácil acesso os docentes e os monitores.

O projeto é focado para a aprendizagem de crianças em sua grande maioria filhos de pais cuja renda familiar ainda caracterize a família na pirâmide econômico social como sendo pertencentes às classes C, D ou E.

A grande mudança pela qual essas classes passaram nos últimos anos, mostra como são importantes trabalhos do tipo desse proposto, uma vez que seu padrão de consumo vem estabelecendo-se e a cada dia. Mais e mais informações acerca do meio ambiente chegam às suas casas, de diferentes maneiras. Estabelecer para esse grupo trabalhos específicos adaptados à sua realidade, formas de perceber o mundo, as relações ecológicas e de consumo, vem a se tornar a justificativa para o projeto proposto.

O objetivo do trabalho é demonstrar que a atividade lúdica é uma excelente forma de ensino de Educação Ambiental. No que se refere ao Projeto Amigos da Natureza podem ser divididos em Gerais e Específicos.

Objetivos Gerais:

1. Incutir noção de pertencimento à natureza e à sociedade.
2. Melhorar as relações de crianças com o seu ambiente e da conscientização de seu envolvimento pessoal e do professor para a construção de um espaço ambientalmente adequado, socialmente viável e economicamente justo- de acesso à informação ambiental a todos.

Objetivos Específicos:

1. Difundir junto ao público alvo práticas compatíveis com as premissas do desenvolvimento sustentável, por meio de atividades de EA idealizadas para crianças em situação de exclusão social;
2. Promover a o fortalecimento da autoestima para que os indivíduos se sintam aceitos, valorizados e pertencentes ao seu ambiente natural;
3. Produzir recursos institucionais para o processo de EA em estabelecimentos de ensino.

Dando seguimento aos conceitos apresentados, essa Monografia foi estruturada em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, apresenta-se um referencial teórico que embasará o tema e as técnicas escolhidas. O segundo capítulo proporciona uma análise sobre a metodologia utilizada para a aproximação e a conquista das crianças. Conscientização ambiental e a conquista da autoconfiança são aqui feitas por etapas. No capítulo seguinte, apresentamos como foi feita a escolha pelo público alvo, isto é, quais foram os critérios que nos levaram a escolher o perfil das crianças para o projeto pedagógico sugerido. O Capítulo 4 diz respeito às atividades sugeridas. O capítulo 5 abrange o monitoramento de resultados. Os demais fecham o trabalho.

Como sugerido por Andrigueto (2009), o processo informal de ensino é de difícil mensuração, pois percorre a vida dos indivíduos, a sua trajetória de vida. Nesse sentido, visa alcançar, além de indivíduos, grupos sociais, multiplicando ensinamentos, práticas e posturas em grupo. Pois é no grupo social que os indivíduos se reconhecem e compartilham experiências do que aprenderam ao longo de suas trajetórias individuais. Nesse Projeto, o monitor é entendido como a referência principal da criança para o processo de aprendizagem aqui proposto. Trabalhar atitudes, comportamentos e habilidades do monitor, portanto, mostra-se fundamental para o sucesso do Projeto a ser aplicado. Introduzir conceitos-chaves, por outro lado, é uma forma de iniciar essa abordagem pedagógica, dando razão à prática.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Identificando o problema por bases teóricas: pertencer

Conforme Laís Mourão (2008) em seu texto “Pertencimento” a cultura industrial pautada no capitalismo tende a acentuar tendências individualistas, a promover o distanciamento das pessoas tornando-as seres mecânicos desenraizados e desligados de seu contexto natural, que desconhecem as relações com a natureza, dependência essa que os tornam humanos.

Esse desligamento, essa artificialidade, acarreta um pessimismo em relação ao futuro. De acordo com Marcel Bursztyn (2001, p. 11): “O pessimismo geral em relação ao futuro guarda estreita relação com o crescente grau de consciência de que a busca do progresso, que se anunciava como vetor da construção de uma utopia de bem estar e felicidade revelou-se como ameaça”.

Marcos Barbosa de Oliveira(2008) afirma que esse desencantamento teve origem com a crescente importância dada à ciência pelo homem moderno. Ora, a ciência é neutra, não envolve juízos de valor, apenas descreve a realidade sem fazer prescrições. Essa, digamos, “ciência desencantada” afeta “duplamente as relações do homem com a natureza, ela não só legitima a postura de dominação da natureza pela ciência, mas também fornece através da tecnologia os meios para ampliar e tornar mais eficientes esses meios de dominação”.

De acordo com Marx, pela primeira vez a natureza se torna puramente um objeto para a humanidade, puramente uma questão de utilidade. Ela deixa de ser reconhecida como um poder em si mesma. E a descoberta teórica de suas leis autônomas aparece meramente como um estratagema para subjugar-lá às necessidades humanas, quer como objeto de consumo quer como objeto de produção. (OLIVEIRA, 2008, p. xx)

De fato, foi através do domínio da natureza que a espécie humana construiu sua inserção ecológica, sobretudo a partir da domesticação das espécies vivas e das revoluções tecnológicas. Todo ser vivo subjugua de certa forma e em determinado limite o meio em que vive. Somente o ser humano, contudo é capaz de transformar a subjugação do meio em sujeição, anulando a “autonomia dos outros seres vivos e do ecossistema como um todo os colocando inteiramente a serviço de suas próprias necessidades” (MOURÃO, 2001).

Na obra de Bartholo e Bursztyn (2001) os autores comentam que desde os alertas de Malthus de que o crescimento da população estava em descompasso com a capacidade de alimentar a todos “passando pela formidável revolução produtiva que marcou o mundo desde então até os avisos dos neomalthusianos, de que estaríamos ameaçados por uma bomba populacional, muita coisa mudou. Mudou nossa visão de ver a natureza agora transformada em meio de produção, mudou o ritmo da degradação ambiental e, sobretudo mudou o caráter da ciência que fundamenta os avanços tecnológicos, o “progresso”.

As pessoas hoje em dia, sobretudo as que vivem na zona urbana, estão dependentes de relações artificiais de vida, são dirigidas por inteligências e comandadas por motivações e objetivos que desconhecem e sobre os quais tem muito pouco ou nenhum controle. Perderam a noção de pertencimento à natureza. Estão sendo criados seres humanos desenraizados, sem vínculos com o meio ambiente.

Tomando-se como referencia o fato da maior parte da população brasileira viver em cidades (Conforme o IBGE 2010, cerca de 84,4%) observa-se uma crescente degradação das condições de vida, que recomenda uma revisão dos paradigmas que movem a busca do progresso.

A sociedade humana, empurrada por padrões de consumo insustentáveis, impostos por modelos de desenvolvimento insanos, completado por um mórbido e renitente crescimento populacional, tornou-se mais injusta, desigual e insensível. Agora, experimenta um profundo colapso de ética e de valores humanísticos, verificáveis em suas atitudes diárias, permitindo o crescimento da corrupção, a corrosão da democracia e o alargamento do fosso entre ricos e pobres. (FREIRE, 2008)

Acrescentando-se a isso, as alterações ambientais globais, induzidas por dimensões humanas, agravaram a crise ambiental, produzindo mudanças indesejáveis (alterações climáticas, destruição de habitats, desflorestamento, perda de solo, extinção de espécies e de diversidade de ecossistemas, poluições, escassez de água potável, erosão cultural e outras). (FREIRE 2008)

A educação ambiental surge assim como uma ferramenta de transformação em seu sentido mais amplo, psicológico, cultural e social, pois trata de ressuscitar, na consciência dos indivíduos, as noções de pertencimento, o reconhecimento da dependência entre os seres vivos e os ecossistemas, entre o humano e o meio onde

ele existe. Recordar à grande maioria da população, sobretudo a urbana, “a estreita correlação existente entre o meio ambiente e seu cotidiano” (RIBELA, 2006)

A função da Educação Ambiental seria, portanto formar as crianças, resgatar a consciência ecológica, essa condição de pertencimento, recolocando a produção do conhecimento na corrente que liga sociedade e natureza.

Em nenhum período conhecido da história humana, ela precisou tanto, de mudança de paradigma, de uma Educação renovadora, libertadora. Mais do que produzir painéis solares mais baratos, reciclar e dotar os carros de células de combustível, em vez de petróleo, precisamos de um processo mais completo, que promova o desenvolvimento de uma compreensão mais realista do mundo.

Estamos produzindo um mundo que nenhum de nós deseja. A par dos grandes avanços científicos e tecnológicos, a espécie humana, experimenta um grande desafio à sua sustentabilidade: a perda do equilíbrio ambiental, acompanhada de erosão cultural, injustiça social e econômica e violência, como corolário da sua falta de percepção, do seu empobrecimento ético e espiritual, também, fruto de um tipo de Educação que “treina” as pessoas, para serem consumidores ávidos, egocêntricos e, ignorar as consequências ecológicas dos seus atos. (FREIRE, 2008)

Pedro Jacobi (2003) afirma que “dentre as transformações mundiais das duas últimas décadas aquelas vinculadas à degradação ambiental e à crescente desigualdade entre regiões assumem um lugar de destaque” e insta os governos a adotarem esquemas integradores. Para Jacobi, todos os programas educativos relacionados à conscientização da crise ambiental devem incluir enfoques integradores de uma realidade geradora de desigualdades sociais. Assim a Educação Ambiental deve ser “acima de tudo um ato político voltado para a transformação social”, como também defende Paulo Freire (1979) colocando a educação como ferramenta para a superação de limites impostos.

Com a urbanização e o desenvolvimento tecnológico, a posição da natureza perdeu o status de domínio e passou para uma posição de simples subserviência, uma espécie de “supermercado gratuito, com reposição infinita de estoque” (RIBELA, 2006). Tal percepção da natureza como mera provedora de matéria prima acarretou o esgotamento dos recursos naturais, a destruição dos ecossistemas e a perda da diversidade.

1.2 Como surge a educação ambiental nessa história

A percepção de que o modelo de desenvolvimento baseado no uso intensivo de matéria prima, movido por combustíveis fósseis baseado em “consumo e despejo incomensurável de resíduos e orientado principalmente para o crescimento econômico” (RIBELA, 2006) não é recente. Na década de 60, os problemas ambientais já demonstravam a falência do modelo econômico baseado no consumismo. Em março de 1965, na Conferência de Educação da Universidade de Keele, na Inglaterra, foi apresentada pela primeira vez a expressão Educação Ambiental, com a recomendação de que ela deveria se tornar uma parte fundamental da educação de todos os cidadãos.

O desenvolvimento da consciência ambiental, ao nível internacional, pode ser traçado ao longo das duas décadas passadas, através de uma série de eventos (como a *Conferência de Estocolmo* e a de *Tbilisi*) que originaram as primeiras manifestações dentro da educação ambiental. GAYFORD & DORION (1994) destacaram também "*Limites para o Crescimento*" (1972), o "*Relatório Brandt*" (1980), "*Estratégia Mundial de Conservação*" (1980), o "*Relatório de Brundtland*" (1987) e a mais recente "*Agenda 21*" (1992), realizada no Brasil. Todavia, a educação ambiental, assim como a própria educação, ainda continua caminhando lentamente no processo de efetivar mudanças nas atitudes e comportamentos humanos em relação ao ambiente. Tratar da educação em relação ao ambiente não se limita ao impacto mútuo entre elas, nem resume-se simplesmente em considerar as modificações ambientais. A questão é mais complexa, é necessário conhecer as doutrinas filosóficas que estão implicando as mudanças. A necessidade de se expandirem os objetivos da educação ambiental dentro de uma dimensão mais ampla foi devido à qualidade de vida no nosso planeta, que tem sido deteriorada rapidamente. (CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL)

A Conferência Internacional sobre Educação Ambiental realizada em Tbilisi, na Geórgia, ex União Soviética, em 1977, foi o marco mais importante do Programa Internacional de Educação Ambiental. Naquela Conferência foram definidos os objetivos, os princípios e as estratégias que até hoje são adotadas mundialmente no âmbito da Educação Ambiental e ficou decidido que a “Educação Ambiental é um elemento essencial para a educação global, orientada para a resolução dos problemas, em favor do bem-estar da comunidade humana” (RIBELA, 2006).

O avanço a ser destacado com essa conferência internacional de EA é a importância dada às relações natureza-sociedade. A importância de fazer crescer, através da divulgação de informações por meio de livros, filmes e outros meios de comunicação, a sensibilidade diante das questões ambientais, principalmente entre as populações mais ricas e com maior nível de educação. As Organizações Não-governamentais (ONGs) desempenharam também um importante papel para a ampliação da compreensão dos problemas ambientais (SATO apud RIBELA, 2006).

Em 1987 foi promovido pela UNESCO, o Congresso Internacional sobre a Educação e Formação Relativas ao Meio Ambiente, em Moscou. No final do Congresso foi elaborado o documento: "Estratégia Internacional de ação em matéria de educação e formação ambiental para o decênio de 90". O texto enfatiza a necessidade "de atender prioritariamente à formação de recursos humanos nas áreas formais e não-formais da Educação Ambiental e na inclusão da dimensão ambiental nos currículos de todos os níveis de ensino". (RIBELA, 2006)

Em 1992 foi realizada no Rio de Janeiro, Brasil, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). Essa Conferência significou um marco importante para a evolução da Educação Ambiental. Dois dos eventos paralelos realizados durante a Rio-92 foram marcantes: a "1ª Jornada Internacional de Educação Ambiental" à qual compareceram cerca de 600 educadores de renome internacional e o "Workshop sobre Educação Ambiental" organizado pelo Ministério da Educação e Cultura -MEC. Esses eventos enfatizaram os processos participativos na promoção do meio ambiente voltados para sua recuperação, conservação e melhoria, bem como para a melhoria da qualidade de vida" (JACOBI, 2003). Destes encontros nasceram três documentos que hoje estão entre as principais referências para quem quer praticar Educação Ambiental:

Agenda 21: Assinada pelos governantes de mais de 170 países que participaram da Conferência oficial, dedicou todo o Capítulo 36 à "Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento" da Educação Ambiental". Este capítulo reforça a importância de conscientizar e treinar todos os setores da sociedade através da educação formal e não formal, uma vez que a educação Ambiental é uma necessidade que permeia todas as áreas.

1.2.1 Carta Brasileira para a Educação Ambiental

Como único evento oficial, paralelo à Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, o Ministério da Educação (MEC) realizou de 1 a 12 de julho de 1992, em Jacarepaguá, Rio de Janeiro, o Workshop sobre Educação Ambiental. Naquela ocasião foi redigido pelos participantes o documento abaixo:

Como único evento oficial, paralelo à Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, o Ministério da Educação (MEC) realizou de 1 a 12 de julho de 1992, em Jacarepaguá, Rio de Janeiro, o Workshop sobre Educação Ambiental. Os profissionais, reunidos nesse encontro, aprovaram o presente documento. Segundo a Constituição Brasileira, a Educação Ambiental (EA), em todos os níveis de ensino, é incumbência do Estado, bem como a promoção da conscientização pública em defesa do meio ambiente. Porém, a maior contribuição social tem vindo através dos movimentos da própria sociedade civil, das entidades não-governamentais, dos veículos de comunicação, dos movimentos políticos e culturais. Necessário se faz, portanto, para a efetivação do processo, que a incorporação da EA se concretize no ensino de todos os graus e modalidades.

No momento em que se discute o desenvolvimento sustentável como estratégia de sobrevivência do planeta e, conseqüentemente, da melhoria da qualidade de vida, fica definido ser a Educação um dos aspectos mais importantes para a mudança pretendida. A lentidão da produção de conhecimentos, a importação de tecnologias inadequadas, a formulação de políticas de desenvolvimento cada vez mais descomprometidas com a soberania nacional, consolidam um modelo educacional que não responde às necessidades do país.

Pelo exposto e considerando:

- a) a importância da conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em realização no Rio de Janeiro, em 1992;
- b) a premência de serem criadas as condições que permitam o cumprimento real e pleno dos Estatutos que garantam o direito à vida;
- c) a necessidade de mudanças de caráter ético no Estado e na sociedade civil;
- d) que a EA é componente imprescindível do desenvolvimento sustentável;
- e) a existência da base legal, pelo Inciso VI do Parágrafo 1º do Art. 225 da Constituição Brasileira para implantação imediata da EA, em todos os níveis;
- f) a importância da EA para o desenvolvimento de uma ciência voltada para a realidade brasileira;
- g) a importância do Brasil se tornar um centro formador de recursos humanos em EA da América Latina;
- h) a existência no país de reflexões críticas e produção de conhecimento em EA e áreas afins;
- i) a ocorrência de iniciativas bem sucedidas em EA, realizadas no país, no campo da educação formal e não-formal;
- j) a importância da participação comunitária na construção da cidadania brasileira;

Recomenda-se que:

- a) haja um compromisso real do poder público federal, estadual e municipal no cumprimento e complementação da legislação e das políticas para EA;

- b) haja uma articulação dos vários programas e iniciativas governamentais em EA, pelo MEC;
- c) o MEC estabeleça diretrizes complementares aos documentos existentes sobre a EA e que orientam suas delegacias estaduais (DEMEC);
- d) as políticas específicas, formuladas para a EA, expressam a vontade governamental em defesa da escola pública, em todos os níveis de ensino;
- e) o MEC estabeleça grupos e fórum permanentes de trabalho que definam procedimentos para diagnóstico das especificidades existentes no país e mecanismos de atuação face às questões ambientais;
- f) o MEC, em conjunto com as instituições de ensino superior (IES), defina metas para a inserção articulada da dimensão ambiental nos currículos, a fim de que seja estabelecido o marco fundamental da implantação da EA no 3º grau;
- g) as discussões acerca da inserção da EA no ensino superior sejam aprofundadas devido à sua importância no processo de transformação social;
- h) sejam cumpridos os marcos referenciais internacionais acordados em relação à EA como dimensão multi, inter e transdisciplinar em todos os níveis de ensino;
- i) que o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) assuma o compromisso com a implantação da dimensão ambiental nos currículos dos diferentes cursos das IES;
- j) as IES e os órgãos governamentais apoiem os núcleos e centros interdisciplinares de EA existentes e estimulem a criação de novos;
- l) haja estímulo concreto à pesquisa, formação de recursos humanos, criação de bancos de dados e divulgação destes, bem como aos Projetos de extensão integrados à comunidade;
- m) sejam incentivados os convênios interinstitucionais nacionais e internacionais;
- n) sejam viabilizados recursos para a EA, através de apoio efetivo a realização de programas, presenciais e à distância, de capacitação e fixação de recursos humanos de reformulação e criação de novos currículos e programas de ensino, bem como elaboração de material instrucional;
- o) em todas as instâncias, o processo decisório acerca das políticas para a EA conte com a participação da(s) comunidade(s) direta e/ou indiretamente envolvida(s) na problemática em questão. (CARTA BRASILEIRA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL - MEC. Rio-92)

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global foi elaborado durante a Jornada de Educação Ambiental, organizado pelo fórum das ONGs. Esse Tratado enfatiza a responsabilidade da sociedade civil na construção de um modelo mais humano e harmônico de desenvolvimento, onde se reconhecem os direitos humanos e a importância das

diferenças. Num sentido abrangente, a noção de desenvolvimento sustentável diz respeito à necessária redefinição das relações entre os membros da sociedade e a natureza e, portanto, a uma mudança radical do modelo econômico e civilizatório atual.

E como se relaciona educação ambiental com a cidadania? Cidadania tem a ver com a identidade e o pertencimento a uma coletividade. A educação ambiental como formação e exercício de cidadania refere-se a uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada numa nova ética, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e os homens (JACOBI 2003).

Ensinar EA é, portanto, conscientizar as crianças sobre a necessidade de conservação e defesa do meio ambiente para presentes e futuras gerações; é fazer com que as crianças contribuam com a preservação e defesa do meio ambiente como cidadãos responsáveis, é conseguir, de forma criativa, mudar o comportamento de um maior número possível de estudantes e torná-los agentes de defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado e saudável.

2 BRINCADEIRAS COMO FERRAMENTAS DE ENSINO

De acordo com Bittencourt e Moura Ferreira (2002), os pesquisadores consideram que o brincar permite a metacomunicação, ou seja, a possibilidade da criança compreender o pensamento e a linguagem do outro. Portanto, o lúdico implica numa relação cognitiva, num instrumento para a construção do conhecimento do aluno.

Já Vygotsky, ainda segundo os autores Bittencourt e Moura Ferreira (2002), acreditava que a aprendizagem e o desenvolvimento estão estritamente relacionados, sendo que as crianças se inter-relacionam com o meio ambiente e social, internalizando o conhecimento advindo de um processo de construção. As atividades lúdicas têm o poder sobre a criança de facilitar tanto o progresso de sua personalidade integral, como o progresso de cada uma de suas funções psicológicas, intelectuais e morais. Atividades interativas de cunho lúdico evitam que ao ingressar na escola, a criança sofra um considerável impacto físico-mental, pois, até então sua vida era exclusivamente dedicada aos brinquedos e ao ambiente familiar.

Conforme Dewey, as referências abstratas e remotas do ensino formal não correspondem ao interesse da criança, pois não fazem parte do ambiente natural da criança. Em suas palavras: somente no ambiente natural da criança é que ela poderá ter um desenvolvimento seguro (BITTENCOURT; FERREIRA, 2002).

Já Froebel dizia que a educação mais eficiente é aquela que proporciona atividades lúdicas, interativas que favoreçam a auto-expressão e a participação social das crianças (BITTENCOURT ; FERREIRA, 2002).

Conforme Alcyane Marinho, em “O lúdico e a natureza”, o lúdico constitui-se em uma excelente oportunidade de intensificar a visita à natureza permitindo uma maior interação entre as pessoas e o meio. Tais visitas aguçam a sensibilidade e, portanto, a compreensão da necessidade de conservação de um ambiente que se encontra ameaçado e do qual fazemos parte.

Em seu Artigo “Ensino de Ecologia em Espaços Não Formais”, Ana Maria de Oliveira Cunha (2009) recomendou que as aulas de Ecologia fossem ministradas em

espaços não formais como o Jardim Zoológico, Museus, Aquários, Jardins Botânicos, Praças, Unidades de Conservação. Segundo a autora as aulas em espaços não formais, que “favorecem a observação e a problematização dos fenômenos de uma forma mais concreta favorecem a formação de uma consciência ecológica”.

A utilização de espaços não formais e de outras formas de aprendizado também são reforçados por Piaget que demonstra claramente em suas obras que os jogos não são apenas uma forma de desafogo ou entretenimento utilizado para gastar a energia das crianças, mas sim métodos que propiciam o desenvolvimento intelectual. Assim, os jogos e as atividades lúdicas são significativos para o desenvolvimento da criança, sobretudo se o educador permitir e der acesso à livre manipulação de materiais variados, para que a criança possa reconstituir e reinventar as coisas. Os jogos, portanto, são uma etapa necessária para que a criança evolua internamente, transformando essas atividades lúdicas, que é o concreto da vida dela, em linguagem escrita que é o abstrato (OLIVEIRA, 2006).

Joseph Cornell, respeitado educador naturalista, elaborou uma metodologia para facilitar e aprofundar a interação que podemos ter com a natureza, priorizando a afetividade. De acordo com ele, perdemos a intimidade que possuíamos com os espaços naturais. Sua metodologia, então, busca resgatar esse contato afetivo com o mundo natural.

Há também o trabalho “O lúdico e a natureza” (síntese do capítulo “Repensando o lúdico na vida cotidiana: atividades na natureza”, de Marinho, 2004). No trabalho, Alcyane Marinho descreve as cinco regras do ensinamento ao ar livre, elaboradas por Cornell e dirigidas a guias, monitores e educadores em geral que pretendem acompanhar algum grupo:

- I. Ensine menos e compartilhe mais – o excesso de conhecimento, ou a forma absoluta em que ele é apresentado pode desautorizar os sentimentos;
- II. Seja receptivo – atenção às manifestações do grupo e do mundo natural proporcionará constantes descobertas e aprofundamento da experiência.

- III. Concentre a atenção do grupo – descobrir logo o que desperta mais interesse do grupo e o levar a entender o que é uma observação perspicaz.
- IV. Observe e sinta primeiro, fale depois – perceber que há muito mais a conhecer do que a simples denominação dos fenômenos.
- V. Crie um ambiente leve, alegre e receptivo – o entusiasmo do monitor é a arma mais poderosa.

As atividades, jogos e brincadeiras propostos por Cornell são mais eficazes quando utilizados dentro de uma determinada seqüência. O sistema é muito flexível, pois dentro da estrutura desta metodologia podem ser utilizadas outras atividades além das apresentadas pelo autor. Um dia de atividades ao ar livre é dividido em quatro estágios: Despertar o entusiasmo; Concentrar a atenção.; Dirigir a experiência; Compartilhar a inspiração.

Além das atividades, jogos e brincadeiras ao ar livre propostos por Cornell, as oficinas podem também ser utilizadas como ferramentas de sensibilização das crianças para as temáticas socioambientais. Não se trata apenas de conscientização, mas de transmitir valores, mexer com a percepção e despertar nos alunos um sentimento de pertencimento e de responsabilidade em relação à Terra.

A educação formal utilizada na maioria das escolas é meramente conteudista, pouco proporciona às pessoas uma relação entre aquilo que aprendem com a forma de sua utilização e com a origem e o futuro do que nos cerca. O reflexo desta educação pode ser observado no escasso sentimento de pertencimento presente nas cidades, por exemplo.

As metodologias empregadas em educação ambiental não tem público definido, podem tanto ser aplicadas com crianças, jovens ou adultos. São atividades de fácil replicabilidade e que empregam materiais de baixo ou nenhum custo. Elas estimulam a cooperação, o respeito, os sentidos entre outras virtudes.

Elas nos incutem respeito e valor à natureza , fonte de tudo que nos cerca.

Frente aos adventos socioambientais que afligem a vida na Terra como os desmatamentos, as contaminações (solo, água e atmosfera), os atuais padrões de consumo e descarte, as mudanças climáticas e toda sua cadeia de desastres, temos que atuar com mais intensidade a fim de estimular as crianças a rever seus hábitos e perceber que a rota escolhida pode representar a auto-destruição da nossa espécie, além de inúmeras outros seres vivos que conosco repartem o planeta.

2.1 Desenvolvimento: Metodologia do Projeto de Pesquisa

A fim de possibilitar o desenvolvimento de atividades pedagógicas a trabalhar os pontos introduzidos, a ferramenta escolhida para o Projeto intitulado será a lúdica. Em outras palavras, busca alcançar a sensibilização e conscientização ambiental de crianças por meio do desenvolvimento da auto estima e de atividades promovidas através de brincadeiras e jogos voltados para a educação ambiental.

Para isso, utilizaremos de pressupostos do desenvolvimento sustentável no sentido de “preservar os ecossistemas e a biodiversidade, mas também melhorar as condições socioeconômicas das comunidades nas quais a organização está inserida” (VAZ, ARAUJO JR., 2011). Entende-se que ao muni-los de sentimento e informação, eles serão por si só capazes de entender e defender o meio ambiente em que vivem.

A metodologia escolhida para o Projeto Amigos da Natureza inicia-se com instrumentos a fim de enriquecer ecologicamente o ensino das crianças. São eles: cartilhas explicativas, ilustrações, desenhos e pinturas, teatro de fantoches e peças teatrais. A metodologia lúdica foi escolhida por envolver os sentidos da criança, a sua imaginação, por ser interativa, com doses de bom humor e espírito de grupo. Nesse sentido, buscamos fortalecer a incorporação da dimensão ambiental por meio de diversas atividades sugeridas.

3 ESCOLHENDO O PÚBLICO ALVO

3.1 Perfil

O projeto se foca (o público alvo específico) em crianças na faixa etária de 6 a 10 anos, em sua grande maioria filhos de pais cuja renda familiar ainda os caracterize a família na pirâmide econômico social como sendo pertencentes às classes C, D ou E. Crianças que ao longo de sua existência já vivenciaram inúmeras dificuldades, carências e privações típicas daqueles que estão à margem da sociedade de diversas formas.

Pretendemos, igualmente, facilitar o acesso de acadêmicos a iniciativas semelhantes, fornecer ao leitor subsídios que possibilitem a replicação- no local em que morem, ou trabalhem-- de projetos similares de modo o objetivo geral do projeto possa ser multiplicado.

As atividades sugeridas no Projeto Amigos da Natureza pretendem despertar a consciência ambiental das crianças através da riqueza libertadora do processo criativo da arte. Visa a ser um processo interativo, que convida as crianças a se tornarem partes integrantes dele, atores, a produzirem seus próprios textos, a se sentirem incluídas, a desenvolverem sua personalidade e senso crítico. Pretendem também incentivar a auto estima e promover a inclusão social dessas crianças num espaço mais acolhedor e de dialogo. Os desenhos, as pinturas, a cartilha, os jogos, e o teatro visam auxiliar o público-alvo a refletir sobre os diversos temas ambientais como mudanças climáticas poluição, consumismo, além de ajudá-las a trabalhar em grupo, a incentivar pais e adultos a refletirem sobre a situação suas comunidades.

Através dessas práticas vislumbra-se a possibilidade da criança absorver comportamentos e atitudes com relação ao meio ambiente e ao mundo dos adultos sem se sentir diminuída ou entediada por conceitos de difíceis assimilação. Nesse sentido, aplicar o lúdico nas atividades de EA visa facilitar o aprendizado através de uma pedagogia própria adaptada àquela faixa etária.

O trabalho será desenvolvido visando a construção simultânea de um cidadão solidário, criativo, autônomo e crítico, com as estruturas necessárias para contribuir de uma forma positiva em sua realidade social e pessoal e, ao mesmo tempo,

contribuir para a preservação do meio ambiente. Faz-se, portanto, necessária a utilização de métodos interativos através da cooperação, do trabalho em grupo, da arte, da imaginação de brincadeiras, com a mediação e os ensinamentos do educador ambiental.

Sugere-se para tanto, que seja aplicado em ambiente informal - fora do ambiente entre quatro paredes, fora das salas de aula- no pátio ou outro local ao ar livre que possa possibilitar a emissão de opiniões, o retirar das dúvidas *in loco*, a propositura de críticas e comentários que propiciam a troca de informações, o espírito de cooperação, a solidariedade, a integração dos membros do grupo, a troca de conhecimentos e a aprendizagem. Somos da opinião que as crianças absorvem melhor os ensinamentos quando se sentem livres para expressar sua individualidade e criatividade.

Para praticar o lúdico sugerido pelos autores (Vygotsky, Dewey, Froebel, Piaget, Cornell, Cunha) é que pensamos em uma série de atividades que possam integrar as crianças, despertá-las para temas ambientais e fazer com que se sintam incluídas e aceitas no ambiente em que vivem.

3.2 Local

Um dos possíveis locais, primeiro idealizado para a implantação desse trabalho é o Centro Social Brás Mooca, um dos mais antigos da Zona Leste de São Paulo. O prédio histórico que abriga crianças desde 1947 é uma das principais conquistas da fundadora Vicentina Ribeiro da Luz, a inesquecível “Dona Yayá” que morreu em 1978. A história do Centro começou numa casa simples da Rua Visconde de Parnaíba em 1932, durante a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Devido à Revolução, as mulheres começaram a trabalhar fora e não tinham onde deixar os filhos. O Brás era um pólo têxtil e empregava já naquela época 3, 500 mulheres só na empresa Alpargatas. O Centro é também um pólo de atração social, de grande importância para o bairro. Sua creche atende em média 600 crianças por ano, na faixa pré-escolar, de três meses a seis anos, o que totaliza um número de quase 50 mil ao longo de seus anos de história.

A maioria dos habitantes da região estudou no Centro. Muitas famílias possuem três gerações de alunos. Muitos ainda visitam o local, mantendo com as 73 funcionárias do Centro laços de amizade. As paredes do Centro estão cobertas com fotos de ex alunos, registrando momentos especiais e visitas de políticos. Foi a Dona Yayá, quem conseguiu do Governo de São Paulo a doação do casarão onde funcionava uma antiga escola alemã desocupada durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1949 a pedido do Juiz de menores formou no local um internato para abrigar meninos na faixa etária de 3 a 5 anos chegando a ter 50 internos, que foram cuidados e acompanhados até os 12 anos de idade sendo então acompanhados a outras organizações. A última reforma no prédio foi feita em 2005, mas há manutenção anual e o prédio está em bom estado (ANEXO A).

A creche do Centro funciona das 6: 00 hora às 17h30 min., uma hora a mais do que os outros estabelecimentos do gênero, o que permite às mães que trabalham fora tenham mais tempo para vir buscar os filhos. As que trabalham no Centro podem trazer os menores, que serão alimentados e cuidados enquanto elas se ocupam de seus afazeres do Centro.

As mães consideram a creche um “porto seguro”, um local de confiança.

Essa confiança facilita a implementação do Projeto Amigos da Natureza, pois o Centro Social Brás Mooca goza da confiança do público alvo, item fundamental para a consecução do Projeto. Outro fator positivo para a implantação do Projeto Amigos da Natureza naquele local são as dimensões do prédio e do pátio que o circunda. O pátio embora cimentado possui muitas árvores e lugar para a construção de canteiros, local ideal, portanto, para a administração de aulas sobre a importância da sustentabilidade através da preservação da flora nativa.

Assim, o Projeto visa ministrar, através da educação ambiental, noções de cidadania e de solidariedade, de pertencimento e de auto-estima, amenizando a realidade social de crianças do bairro Brás-Mooca, possibilitando-lhes uma nova perspectiva social, integrada, colaborativa e de crescimento humano.

Dessa forma, o Projeto Amigos da Natureza está plenamente encaixado no Programa Nacional de Educação Ambiental , coordenado pelo órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, “que tem como eixo orientador a marca institucional do atual governo: "Brasil, um País de todos". Suas ações destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade - ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política - ao desenvolvimento do País, resultando em melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção dessas condições ao longo prazo” (Site do MMA).

4 BRINCANDO E APRENDENDO. ATIVIDADES SUGERIDAS

4.1 Jogos interativos

4.1.1 Jogos de cartas

Joseph Cornell, em seu livro "Vivências com a Natureza", oferece mais de 50 atividades para professores interessados em transmitir a seus alunos noções de educação ambiental. O livro de Cornell, foi traduzido em 19 idiomas. A trajetória de Cornell mostra que um educador, no seu trabalho diário e aparentemente pequeno, pode fazer muita diferença para reverter o crítico quadro ambiental do nosso planeta. Embora faça os exercícios com adultos, o alvo preferido de Cornell são as crianças, que estão mais predispostas a desenvolver o respeito pelo meio ambiente. "Dos 6 aos 12 anos de idade, elas estão na fase da sensação", diz o educador.

Convidado de honra do seminário intitulado "A natureza que nos une", organizado em 2006, em São Paulo, pelos Institutos Romã e 5 Elementos, em parceria com o SESC Interlagos, Joseph Cornell aproveitou a ocasião para demonstrar a eficiência de seus métodos lúdicos para transmitir às crianças o amor à natureza. Durante um workshop levou as crianças participantes a uma grande área com gramado e propôs que formassem grupos de três a quatro pessoas, distribuídos em torno de um círculo formado por uma corda. Dentro do círculo haviam 30 cartas com características de cinco animais que habitam a Mata Atlântica. Durante 10 minutos, as equipes pegaram as cartas do meio da roda e voltaram ao respectivo lugar para anotar as informações até adivinharem que bichos estavam descritos ali. "É uma atividade boa para o conhecimento dos animais. Também ajuda o professor a trabalhar a concentração e o respeito às regras por parte dos pequenos e pode ser feita dentro da sala de aula em dias chuvosos", disse o naturalista. Na hora de encerrar as adivinhações, o professor tocou um apito (que tinha o som de um bicho). Ao fim da atividade, mostrou as fotos dos animais descritos nas cartas e cada grupo que acertou deu um passo em direção ao centro, aproximando os alunos a cada rodada. Para crianças da Educação Infantil, as cartas podem ter, em vez de texto, o desenho das pegadas ou de partes de animais conhecidos.

De fato, os Jogos podem ter idéias variadas. Um jogo de cartas, por exemplo, pode ter cartas "boas" e cartas "más". As cartas boas como uma mata intacta, um

céu sem poluição, bicicletas nas ruas no lugar dos carros, lixo seletivo, valem mais do que as cartas más como solos degradados, um céu escuro de tanta poluição, uma lagoa onde os peixes morreram devido à contaminação por agrotóxicos. Cada jogador possui um número determinado de cartas. Ganha quem se livrar de todas as cartas da mão. Uma carta boa vence uma carta má e o jogador cuja carta boa vencer uma carta má poderá se livrar de uma carta má que porventura tiver em seu poder devolvendo-a ao baralho.

4.1.2 Jogos de tabuleiro

O clássico jogo de tabuleiro “Cobras e Escadas” pode ser modificado para incutir nas crianças noções sobre proteção ambiental. Cobras e escadas é um jogo de corrida, ou seja, vence quem primeiro completar o percurso; Arremessando um ou dois dados para contagem das casas a serem percorridas. Se o jogador alcançar uma casa com a base de uma escada, corta caminho até o topo desta, por outro lado, se cair numa casa com a cabeça de uma cobra, escorrega até o final de seu corpo, perdendo algumas ou muitas posições.

Quando o jogador alcançar uma casa com uma cobra/escadas, um de seus adversários puxa uma carta do monte e faz a pergunta correspondente à cor da casa que foi alcançada.

Uma vez modificado, o tabuleiro que traz um percurso em geral de 100 casas (10 x 10), será atravessado por lagos límpidos e florestas majestosas e por pântanos poluídos por agrotóxicos e áreas degradadas. Os jogadores começam na parte inferior do percurso e avançam jogando 1 ou 2 dados até chegar ao topo. Se o peão cair na base de um lago límpido ou de uma floresta majestosa, corta caminho, subindo até o seu topo. Mas se, ao contrário, o peão parar em uma casa com o desenho de um pântano contaminado ou um deserto, ele morre e desce muitas casas para baixo.

4.1.3 Teatro

O teatro é uma ferramenta eficaz de educação ambiental, pois pode ser utilizado para mostrar, através de contos infantis, a importância da boa relação entre os homens e entre homem-natureza, sensibilizando as crianças para a realidade do meio em que vivem.

É também uma ferramenta versátil, pois cada peça traz uma realidade específica. O saber, as vivências variadas, as tradições, a heterogeneidade física e sócio ambiental de cada aluno podem e devem ser aproveitados pelo professor para expandir e aprofundar aos alunos a compreensão e o conhecimento de outras realidades. É essencial para a formação desses alunos a forma como o professor age, sente, pensa e administra essa heterogeneidade. Para que ocorra realmente uma formação sólida dos alunos é preciso que o professor esteja preparado e saiba transmitir aos alunos a importância da aceitação da diferença entre os indivíduos e a responsabilidade que cada um tem com o meio ambiente.

Uma fonte importante de histórias aparentemente infantis, mas como profundo ensinamento moral são as fábulas de La Fontaine como a formiga e a cigarra.

Nas peças, diferentes aspectos da personalidade dos atores e da temática ambiental poderão ser abordados. Pode-se também incluir nos roteiros a explicação de conceitos, o repasse de informações e ações tanto positivas quanto nocivas ao meio ambiente. Além de destacar a importância de reduzir, reciclar e reutilizar. E isso também vale quando o teatro é inserido na escola, como nos explica Camargo (2003, p. 39):

O teatro, no ensino fundamental, proporciona experiências que contribuem para o crescimento integrado da criança e do adolescente sob vários aspectos. No plano individual, proporciona o desenvolvimento de suas capacidades expressivas e artísticas; no plano coletivo, por ser uma atividade grupal, oferece o exercício das relações de cooperação, diálogo, respeito mútuo, reflexão sobre como agir com os colegas, flexibilidade de aceitação das diferenças e aquisição de sua autonomia, como resultado de poder agir e pensar com maior “liberdade”.

4.2 Brincadeiras ao ar livre

Os jogos ao ar livre (ANEXO B) são importantes para a inclusão social uma vez que ao praticá-los as crianças se sentem participantes da sociedade, além de possibilitar o desenvolvimento de habilidades de concentração e de coordenação motora, fundamentais para o desenvolvimento físico, psicológico e para o processo educacional. E para tal, não podemos programar os jogos ao ar livre apenas como habilidade física ou recreativa. Eles devem ser acrescidos à função educacional, pois incluem aspectos sociais, culturais, comunitários e afetivos. O esporte,

igualmente, é visto hoje como um processo de sucesso na busca da inclusão social, contribuindo com o desenvolvimento físico e motor, identificando responsabilidade, autoconfiança e integração no trabalho em grupo.

Outra brincadeira, chamada "Predador e Presa" (que está no livro de Cornell), é divertida até para adultos - os da turma que ali estavam durante a atividade com Cornell que o digam. Com o grupo ainda em círculo, o educador chama cinco voluntários. Um deles representa a onça (o predador) e os outros, bichos que a onça come para sobreviver. Todos são vendados e, para que pudessem se reconhecer, cada um tem um sino com um tilintar específico amarrado numa das pernas. A roda com os outros alunos serve como a delimitação do espaço onde acontece a caçada. Por meio do som mais agudo (emitido pelos sinos menores), a aluna-onça move-se em busca das presas, que fogem ao ouvir o som mais grave do sino maior (preso em sua perna). O aluno que representa o peixe deve ser um dos mais velozes. Ao perceber o som da onça, ele sacode a perna que tem o sino de um lado e corre para o outro, enganando-a. "O jogo permite perceber as diferentes estratégias de fuga que os animais têm. Enquanto uns correm, outros ficam paradinhos num canto", observa o educador. Na medida em que a onça pega suas presas, Cornell pede para que os alunos do círculo dêem um passo à frente, diminuindo o espaço da caçada. Pobres presas! Se as crianças pequenas se incomodarem com a venda nos olhos, apenas o predador pode ficar vendado, porém sem sino. (DIDONÊ, 2006)

4.3 Oficinas

Oficina 1 Desenho e pintura

A educação pela arte vem se transformando significativamente nos últimos anos em uma alternativa de educação para as crianças. A expansão do ensino, das noções de cidadania e a consciência ambiental vêm encontrando no campo artístico excelentes ferramentas de sensibilização e de valorização pessoal. Caso seja realizada em espaços não formais pode ser utilizado e explorado as mais diversas formas de linguagem e expressão corporal, artística, escrita teatral imagética. O Ministério do Meio Ambiente, inclusive, faz campanha para reforçar a relação entre consumo e meio ambiente, alertando para os danos que o modo de vida da população já causou ao planeta. Alvo são as crianças e os adolescentes. No site "Férias Sustentáveis", o MMA recomenda que as atividades de EA sejam

realizadas em espaços públicos como praças e parques: estar ao ar livre, ter espaço para correr livremente, tudo isso é fundamental para a saúde física e mental da criança. Incentiva a socialização e o cuidado pelo bem que é de todos. Estar em contato com a natureza: tudo no meio natural desperta a curiosidade das crianças, desde o caminho das formigas até o desabrochar de uma flor, as frutas nas árvores, o curso de um rio caindo pela cachoeira. O contato com a natureza é e sempre foi prazeroso e fundamental para o espírito humano.

De fato, a orientação pedagógica para todas as atividades sugeridas visa estimular a criatividade e a auto-expressão do aluno. Nesse sentido, a arte tem um papel importante na libertação das crianças, proporcionando maior riqueza interior, maior senso crítico, vitalidade e qualidade de vida. Além disso, a arte valoriza o aluno como indivíduo em constante construção. Aumenta o poder de observação e de valorização das diferentes linguagens relacionadas às artes visuais fazendo a criança aceitar e melhor compreender as diferenças entre as pessoas. Como a arte, os indivíduos também interagem através de diferentes linguagens, texturas e cores. O estudo da arte oferece ao aluno um espaço para tratar de questões culturais, estéticas, éticas, ambientais e ainda aspectos característicos das diferentes relações sociais.

Sugere-se que o material utilizado nas aulas seja reciclado, assim a experiência será duplamente desafiadora: Uma cuidar do planeta diminuindo a poluição gerada por plásticos, vidros etc. A segunda, diz respeito à capacidade de usar a criatividade e a imaginação para dar uma nova função e forma a esses materiais.

Oficina 2 Recriando o ambiente urbano

No âmbito do Projeto Amigos da Natureza a educadora pode mostrar às crianças fotos ampliadas de cidades poluídas, cinzentas, congestionadas e perguntar as crianças porque aquele local parecia “tão feio”, se as pessoas que viviam naquela cidade pareciam felizes e o que poderia ser feito para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. Estimuladas pelas indagações, as crianças desenvolverão o senso crítico, contrapondo situações ideais e reais e, em grupo, discutirão formas de abordar temas de modo ambientalmente adequado. As fotos serão então distribuídas às crianças juntamente com material de desenho e pintura com a recomendação de “fazerem aquela cidade ficar mais bonita e as pessoas mais felizes”. Esse método pode contribuir de forma bem significativa para o

processo de criação pessoal das crianças e para a tomada de consciência da responsabilidade que terá na melhoria da qualidade de vida na sociedade em que vive.

Os desenhos e pinturas resultantes dessas atividades, além de instrutivos e divertidos, poderão ser expostos para a apreciação dos adultos que freqüentam o Centro. Tal iniciativa poderá trazer bons resultados não apenas no que se refere ao aprendizado da criança, mas também na auto-estima ao ver sua “obra prima” apreciada pelos professores e pelos outros adultos que freqüentarem a exposição. Os temas podem ser escolhidos pelas crianças desde que estejam de alguma forma relacionados com a proteção ambiental, tenham sido produzidos com material reciclado.

Oficina 3: Confeção de Cartilhas

Para a confecção de cartilhas com as crianças sugerem-se alguns temas. O tema dos textos e das ilustrações das Cartilhas, por exemplo, poderá ser a luta entre o bem e o mal. O bem seria uma floresta em pé, com frutas e crianças brincando em volta das arvores. O mal seria o trator que corta as arvores e deixa os pássaros desabrigados. O Bem seria uma criança que mantém sua sala de aula limpa, sem papéis no chão e sem rabiscar as carteiras. O mal seria o aluno que risca as paredes e gruda chiclete nas carteiras. O bem seria uma lagoa límpida, com peixinhos nadando felizes e crianças brincando na água. O mal seria a mesma lagoa poluída, com peixes mortos, água malcheirosa e crianças doentes. Após cada imagem e/ ou historia a educadora fornecerá explicações às crianças sobre a importância de proteger a natureza. (Explique o porquê da concepção dualista- bem e mal lá no início de sua metodologia, após ter explicado a faixa etária de seu trabalho- crianças de 6 a 10 anos)

Oficina 4. Teatro de fantoches. Confeção de fantoches

O teatro de fantoches tem uma vantagem adicional que é a preparação pelas crianças, com o auxílio dos professores, dos bonecos, dando preferência ao estímulo e uso de recicláveis. Assim cada criança poderá usar a imaginação fabricando o fantoche cujo caráter julgar mais interessantes. É interessante verificar que na idade de 06 a 10 anos as crianças associam beleza à bondade e vice versa.

Assim os caracteres “bonzinhos” serão as bonecas limpas, bonitinhas, com cabelos compridos e feições meigas. Os malvados são os sujos, os brigões, os bigodudos, os desfigurados. As historias podem ser tiradas das cartilhas onde os bons ensinam os maus a “se comportar”. A mocinha critica o malvado que cortou uma arvore e deixou o passarinho sem casa; a mocinha salva um esquilo que quase morreu queimado quando um malvado colocou fogo na floresta.

5 MONITORAMENTO DE RESULTADOS

Como nos cita o artigo 225 da Constituição Federal de 1988,

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Nesse sentido a Educação Ambiental presta-se ao papel de formadora das futuras gerações encarregadas de defender e preservar o meio ambiente. Tendo em vista a importância de uma correta administração dos ensinamentos de EA é essencial avaliar a evolução das crianças durante o processo de aprendizado. Sugere-se, para isso, inicialmente, a aplicação de pré- testes e de pós- testes.

Os pré-testes são uma análise do tipo (qualidade) e da quantidade de conhecimentos adquiridos ao longo da trajetória de vida da criança. Consistem em indagações feitas a respeito do conhecimento que possuem sobre os temas a serem abordados durante a aplicação do projeto. Os pré testes visam auxiliar o monitor na escolha do tipo de atividade que será empregada. O nível de conhecimento prévio visa a indicar os caminhos iniciais nos quais o monitor começará a sua prática educacional, indicando pontos que precisarão ser mais ou menos trabalhados para melhor enfoque de questões ambientais e sociais compreendidas no Projeto (HAMMES, 2012). Com eles, podem ser deduzidas porcentagens e gráficos que guiem o monitor para o reforço a aspectos específicos a serem trabalhados.

Os pós-testes objetivam servir de parâmetro de comparação da evolução das crianças em relação ao tema trabalhado. Comparam o momento antes das práticas (indicado por meio da análise pré-testes) ao período pós-atividade, indicando em que pontos as crianças mais evoluíram com relação ao que foi repassado. Essa ferramenta visa avaliar o processo de ensino-aprendizagem.

Os pré e pós-testes são ferramentas que avaliam o início e o final do processo educacional, servem como uma “avaliação fim”. Além destas, existem outros instrumentos que avaliam o caminhar do processo, que chamaremos de “avaliação meio”, como questionários, entrevistas, grupos focais.

Os questionários e entrevistas auxiliam a identificar a evolução dos conceitos repassados, observar sentimentos e apontar, por meio das palavras dos entrevistados, meios que tornam possível melhorar as práticas empreendidas.

As entrevistas e os grupos focais podem servir para aprofundar melhor algum aspecto abordado. Os grupos focais, outrossim, podem promover maior interação com o meio circundante- pais e demais professores, confrontando idéias e opiniões e expondo discursos individuais em grupo por meio de questionamentos gerais sobre determinado aspecto observado na comunidade. Para melhor aprendizado de como usar esses métodos avaliativos vide Andrigueto (2009) e Hammes(2012).

5.1 Resultados Esperados

Não podemos pretender que a organização de atividades e de seus “por quês” vá inferir em mudanças de valores e atitudes em relação ao meio ambiente, como preceitua Política Nacional de Educação Ambiental, lei n. 9795, de 27 de abril de 1999. No entanto, não nos arriscamos a não tentar.

Pretendemos valorizar capacidades e atitudes em prol de um meio ambiente equilibrado e de pessoas pertencentes á sua realidade social e felizes.

Se em geral, atividades envolvendo o ambiente escolar costumam ser avaliadas por notas, ou seja, aqueles que obtém o maior número de respostas corretas ou “esperadas” pelo professor são melhor avaliados e que essa seja uma forma de perceber a avaliação do aprendizado, também defendemos que existem outras possíveis. Em especial, tratando-se de EA, notas não são o fator fundamental para se medir o aprendizado. Segundo uma revisão de Andrigueto (2009) e Froes (2011) já utiliza-se de outra visão para analisar o processo de aprendizagem ou eficiência de uma atividade. Segundo aquela autora, (FROES, 2011) utiliza-se de Tyler, para explicar que “a avaliação consiste em determinar se os objetivos estão sendo realmente alcançados pelo programa. A avaliação é o processo pela qual se determina o grau em que essas mudanças de comportamento estão ocorrendo”. Apenas em 1930, o educador norte americano Robert Tyler lançou o conceito de avaliação da aprendizagem. No final daquela década foi criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos-INEP- (SILVA, 2010) com a proposta de investigar os diferentes aspectos dos problemas de ensino. Muito além de aspectos quantitativos,

a EA consiste em avaliar mudança de comportamentos e padrões nocivos ao meio ambiente, procurando torná-los sustentáveis ambientalmente e de modo duradouro.

Esperamos que ao fim do nosso Projeto, tenhamos conseguido estabelecer com as crianças relações profundas e que perdurem de modo que os novos conhecimentos e valores transmitidos tenham sido assimilados e venham a ser transmitidos a outras crianças, criando um espaço de multiplicação e ensinamento.

Buscamos com o projeto estimular comportamentos e atitudes sustentáveis de forma permanente e contínua, formando futuros cidadãos, conscientes dos desafios ambientais e de que pequenas ações individuais podem influenciar mudanças em padrões coletivos, para pensar e agir.

A construção da cidadania no Brasil é um processo complicado, que tropeça nas desigualdades econômicas e sociais, num contexto de dominação política baseada na supremacia de uma minoria da população sobre a maioria. Para a construção de uma cidadania é essencial a formação e o fortalecimento de novos cidadãos que, cientes de seus direitos e deveres, assumam a importância da participação de todos na edificação do país.

5.2 Discussão

Fortalecer uma educação ambiental deve ser meta prioritária a ser seguida para viabilizar uma prática educativa que enfrente ao mesmo tempo a degradação ambiental e os problemas sociais, frutos da diversidade cultural, econômica e ideológica e dos conflitos de interesse. Nesse universo de diferenças de todo o tipo o professor precisa identificar e situar o aluno, mas para tanto seu repertório pedagógico deve ser amplo e interdependente, uma vez que a questão ambiental é um problema híbrido, associado a diversas dimensões humanas. Os professores (as) devem estar cada vez mais preparados para absorver e reajustar as informações que recebem, sobretudo as ambientais, a fim de poderem transmitir e decodificá-las para seus alunos. A importância da capacitação cresce de significado na medida em que habilita o mestre a perceber as relações entre as áreas e o todo, enfatizando uma formação local/global de modo a enfrentar a lógica da exclusão e das desigualdades

Dada a importância da Educação Ambiental não apenas para conscientizar as crianças dos graves problemas que ameaçam a sobrevivência da raça humana, mas também para incutir neles noções de cidadania e promover a inclusão social, pedagogos e psicólogos debatem a melhor forma de abordar essa matéria nas escolas. Nesse Projeto, o ensino fundamental (entre 6 e 10 anos) foi escolhido como foco da política de ensino-aprendizagem.

No entanto, enfatizamos a necessidade do acompanhamento contínuo das crianças assistidas por parte da direção da creche e dos profissionais que nela trabalham. Atividades pedagógicas visam despertar o desenvolvimento das crianças em cada uma de suas fases de crescimento e amadurecimento e a educação ambiental visa estimular comportamentos e atitudes cooperativas, de respeito e apoio ao outro, de crescimento contínuo e em grupo.

Experiências com jovens de periferia (ANDRIGUETO, 2009) demonstraram que por meio de um acompanhamento contínuo e de médio/longo prazo, os indivíduos sentem-se mais autoconfiantes, são estimulados a crescer e a melhor desenvolver suas potencialidades, adormecidas em espaços de abandono e exclusão. Em outras palavras, sentem-se “apoiados” ou sustentados emocionalmente.

“Incluir”, portanto nesse contexto educacional, significa acompanhar e assistir os indivíduos em sua formação. Sugerimos a implantação do projeto ao longo de ciclos educacionais, maiores que o ano letivo ou 12 meses. Sugerimos o estabelecimento de diretrizes educacionais voltados às premissas de desenvolvimento sustentável no ambiente de ensino que apóiem os profissionais em seu contato direto com crianças; bem como apoiamos o estabelecimento de uma forma de monitorar resultados das atividades junto à direção. Ressaltamos a necessidade de um comprometimento contínuo.

CONCLUSÃO

Na relação entre o homem e a natureza não podemos atribuir os problemas ambientais apenas ao indivíduo. Os problemas ambientais atuais não se restringem a ele, mas fazem parte de uma ética que abrange toda a sociedade, de um pensar e agir coletivo. A falta de ética explica não apenas a exploração da natureza pelo homem, mas também a exploração do homem pelo próprio homem. O enfoque centrado numa minoria da pirâmide social, num consumo desenfreado e num crescimento pautado em desenvolvimento econômico vem mudando. A EA surge como nova proposta de ver e agir no mundo. Por não ter uma metodologia única e nem presa ao currículo escolar, possibilita à heterogeneidade de atores sociais (Organizações não governamentais, comunidades, instituições, indivíduos autônomos,...) estabelecer ferramentas de ensino que melhor se adaptem a cada realidade específica.

Esse trabalho tem por objetivo propor a professores e pedagogos métodos de transmissão conceitos ambientais e de cidadania valendo-se para isso de atividades lúdicas.

Se o lúdico é tão recomendado por psicólogos e pensadores, não seria este o momento da escola tradicional parar e refletir também sobre a importância do ensino lúdico (jogos e brinquedos) para o ensino da Ecologia às crianças? Se a criança freqüentar uma escola comprometida com o seu desenvolvimento e que compreenda as suas necessidades de correr, brincar, jogar, de expandir-se em vez de torna-se prisioneira em compartimentos artificiais e fechados, tenderá estimular crianças mais alegres, auto-confiantes e também mais tolerantes e dispostas a aceitar as desigualdades sociais.

Sugerimos aos ambientes de ensino e assistência infantil aproveitar a energia infantil, manifestações de criatividade e de auto-expressão das crianças e canalizá-las através de atividades lúdicas educativas. Atividades lúdicas, quando bem direcionadas e monitoradas, visam a trazer benefícios que proporcionam saúde física, mental, social e intelectual à criança e ao futuro adolescente. Resultam em aprendizagem coletiva e socialmente e significativa que por si só justificam o reforço à inclusão do lúdico em programas educacionais de governo. As atividades lúdicas também propiciam a cooperação e o espírito de equipe, sendo, portanto ferramentas indispensáveis para a formação da cidadania.

REFERÊNCIAS

ANDRETTA, Vanessa; et. al. **O lúdico através de dinâmicas vivenciadas na natureza contribuindo para a formação de educadores ambientais.** Instituição: Universidade Federal de Lavras- Departamento de Ciências Florestais - Departamento de Educação Física.

ANDRIGUETO, Andreia Cassilha. CDS. UnB, 2009.

BARTHOLO, Roberto; BURSZTYN Marcel. **Prudência e utopismo, ciência e educação para a sustentabilidade.** 2001, UNESCO.

BITTENCOURT, Glaucimar Rodrigues; FERREIRA, Mariana Denise Moura. **A importância do lúdico na alfabetização.** Belém / Pará- Universidade da Amazônia, 2002.

BRASIL. Lei da Educação Ambiental, Política Nacional de Educação Ambiental, Lei n. 9795, de 27 de abril de 1999. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.

BUARQUE, Cristóvam. **Rio+20 deverá buscar o bem-estar das pessoas como meta de políticas públicas.** Disponível em: <<http://www.cristovam.org.br/rio20/?p=204>>. Acesso em jan. 2012

BURSZTYN, Marcel. **Ciência, ética e sustentabilidade:** desafios ao novo século. UNESCO, 2001.

CUNHA, Ana Maria de Oliveira. **Ensino de Ecologia em Espaços não formais.** UFU- III CLAE e IX CEB, 10 1 17 de setembro de 2009, São Lourenço-MG.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação e gestão ambiental.** São Paulo: Gaia, 2008.

DIDONÊ, Debora. A natureza está aí para ser sentida. **Revista Nova Escola.** 2006. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/ciencias/fundamentos/natureza-sentida-426320.shtml>>.

Disponível em: <[http://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/artigos/carta_brasileira_para_educacao_ambiental_\(mec._rio-92\).html](http://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/artigos/carta_brasileira_para_educacao_ambiental_(mec._rio-92).html)>. Acesso em abril 2012.

Disponível em: <<http://www.ceibrasmoooca.com.br/nossa.html>>. Acesso em jun. 2012

Disponível em: <<http://www.redebomdia.com.br/noticia/detalhe/7009/Creche+na+Mooca+comemora+80+anos>>. Acesso em maio 2012.

Disponível em: <[www.reinaldoribela.pro.br/educação_ambiental/educacao_ambiental.htm](http://www.reinaldoribela.pro.br/educa%C3%A7%C3%A3o_ambiental/educacao_ambiental.htm)>. Acesso em maio 2012.

FREIRE, Paulo. 1979.

FREIRE. 2008.

FRÓES, Expedito Gonçalves, et al. **IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino**. 2011-Avaliação: Desafios e perspectivas para educação física escolar.

GIANINI, 2011.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental cidadania e sustentabilidade**- Cadernos de Pesquisa n.118, p. 189-205. Março/2003.

MARINHO, Alcyane. **O lúdico e a natureza**. Este trabalho constitui-se em uma síntese do capítulo “Repensando o lúdico na vida cotidiana: atividades na natureza” (MARINHO, 2004).

MORIN, E. 2004. **Saberes globais e saberes locais**: o olhar transdisciplinar. Garamond. Rio de Janeiro.

MOURA Martins. **Projeto escola de música do Grotão, em SP, ganha prêmio mundial de construção sustentável da HOLCIM**. Disponível em: <<http://blogmouramartins.blogspot.com.br/2012/08/projeto-escola-de-musica-do-grotao-em.html>>. Acesso em jan. 2012.

MOURÃO, Laís. **Pertencimento**-Universidade de Brasília.

OLIVEIRA, Eunice Eichelberger de. Piaget, Vygotsky e Winnicott: relação com jogo infantil e sua aplicação na área da psicopedagogia. **Revista da ABPp**, novembro de 2006.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. 2008.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Lei n. 9795, de 27 de abril de 1999.

RIBELA. 2006

SATO, Michèle. **Educação ambiental**. Programa de Pós Graduação em Ecologia e Recursos Naturais-Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <<http://www.defatima.com.br/site/conteudo/novidades/artigo%20educa%E7%E3o.htm>>

SILVA, Gislaine; LACERDA, Patrícia; LIMA, Percilia. **Relação entre a Avaliação do Desenvolvimento Escolar e o Processo de Aprendizagem dos Alunos**. Faculdade de Pindamonhangaba 2010.

VAZ, Marta; ARAUJO JUNIOR, Jose Pires. Os Três pilares da Sustentabilidade - **Tecnologia Gráfica. A Revista Técnica do Setor Gráfico Brasileiro**, 2011.

ANEXO**Anexo A - Creche (Centro Social Brás Mooca) - Fachada Externa**

Anexo A - Creche (Centro Social Brás Mooca) - Fachada do Prédio

Homenagem à fundadora, Sra. Vicentina Ribeiro da Luz (Dona “Yayá”)

Creche (Centro Social Brás Mooca) - Interior

Anexo A - Creche (Centro Social Brás Mooca) – Salas

Anexo A - Creche (Centro Social Brás Mooca) - Refeitório

Anexo A - Creche (Centro Social Brás Mooca) – Pátio

Anexo B – Jogos e atividades ao ar livre

